

A DITADURA E O APARELHO:

Aberturas para compreensão política da Comunicologia de Vilém Flusser, a partir de seus posicionamentos diante da Ditadura Militar brasileira⁸

Tiago da Mota e Siilva⁹

Resumo

O presente trabalho discute o posicionamento político de Vilém Flusser a partir da correspondência que o filósofo manteve com seu amigo, o advogado José Bueno, especificamente entre os anos de 1971 e 1975. Além desse conjunto de cartas, a pesquisa também investigou outras trocas de cartas entre o autor e personalidades que participaram do círculo de intelectuais conservadores do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), como Miguel Reale. Graças a esse conjunto de materiais, todo ele parte do Arquivo Vilém Flusser São Paulo, tornou-se possível explorar um assunto que permanecia ambíguo na obra publicada do autor: seu posicionamento político em meio à Ditadura Militar brasileira. Por meio da análise de conteúdo dessas cartas, é possível destacar como esse período da experiência brasileira de Flusser foi fundamental na elaboração de sua Teoria da Comunicação, sobretudo em sua compreensão no conceito de *aparelho*.

Palavras-chave: Correspondência de Vilém Flusser; Arquivo Vilém Flusser São Paulo; Vilém Flusser e a Ditadura Militar; Posicionamentos políticos de Vilém Flusser; Instituto Brasileiro de Filosofia.

Abstract

The present work discusses Vilém Flusser's political positioning based on the correspondence that the philosopher maintained with his friend, the lawyer José Bueno, specifically between the years 1971 and 1975. In addition to this set of letters, the research also investigated other exchanges of letters from the author with personalities who participated in the circle of conservative intellectuals of the Brazilian Institute of Philosophy (IBF), such as Miguel Reale. Thanks to this set of materials, all part of the Vilém Flusser São Paulo Archive, it became possible to explore a subject that remained ambiguous in the author's published work: his political positioning amidst the Brazilian military dictatorship. Through the content analysis of these letters, it is possible to highlight how Flusser's Brazilian experience during this period was fundamental in the elaboration of his Communication Theory, especially in his understanding of the concept of *apparatus*.

Keywords: Vilém Flusser's Correspondence; Vilém Flusser São Paulo Archive; Vilém Flusser and the Brazilian military dictatorship; Vilém Flusser's political positions; Brazilian Institute of Philosophy.

Introdução

O filósofo techo-brasileiro Vilém Flusser deixou o Brasil em 1972, após mais de 30 anos desde que chegou fugindo do nazismo. Morando novamente na Europa, o filósofo passou a viver os anos de maior reconhecimento pelos seus livros, sobretudo

⁸ Trabalho originalmente apresentado no GT - Teorias da Comunicação do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado entre os dias 29 de agosto e 8 de setembro de 2023.

⁹ Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), bolsista DTI-A no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), E-mail: tiagomotasilva@gmail.com.

pela publicação de *Fur eine Philosophie der Photographie (Filosofia da Caixa Preta*, na tradução para português), na Alemanha, em 1983. Em carta de 10 de outubro de 1972 endereçada a seu amigo brasileiro, o advogado José Bueno (1918-2001), Flusser compartilhou como se sentia “mais equilibrado” em solo europeu em comparação ao que vivia no Brasil:

Uma coisa é certa: estou mais equilibrado nos meus pensamentos. Dou ênfase mais bem distribuída às dimensões estéticas, éticas (políticas), filosóficas e religiosas dos problemas que me preocupam. Embora continue perplexo perante eles, não sou tão desesperado.

[...]

Há um clima patológico (alienado), que banha todas as coisas em S. Paulo, seja eufórico, seja fossal, e este clima está se dissipando no meu pensamento. (Flusser, 1972a, p. 4)

A carta em questão é apenas uma na longa troca de cartas que Flusser manteve com Bueno. Toda essa documentação está presente no Arquivo Vilém Flusser São Paulo¹⁰, que abriga um total de 2.500 textos do autor. Apenas em relação às cartas com José Bueno, há um total de aproximadamente 300 páginas arquivadas, que datam desde 1971, às véspera da partida de Flusser para a Europa, até o ano de 1990, já próximo ao seu falecimento, em 1991. O presente artigo explora uma seleção dessas cartas, especificamente aquelas em que os dois amigos discutem sobre a Ditadura Militar brasileira. A pesquisa começou com uma leitura flutuante dos documentos, que delimitou alguns eixos temáticos presentes nas trocas. Dentre as temáticas comentadas por eles, o ambiente político e econômico do Brasil era um dos principais tópicos de discussão, principalmente, nas cartas entre 1971 e 1975, período marcado por uma crescente repressão política no país e por altas taxas de crescimento de seu produto interno bruto (PIB)¹¹.

Ao dar ênfase às opiniões de Flusser sobre o regime militar brasileiro, o objetivo deste estudo é abrir alguns caminhos para o exame da dimensão política de sua obra.

¹⁰ O Arquivo em São Paulo está aberto ao público desde 2016. A iniciativa de trazê-lo à capital paulista veio a partir da concordância de Edith Flusser e do acordo consolidado em 2012 entre o Prof. Dr. Norval Baitello Junior com o diretor do arquivo em Berlim, Prof. Dr. Siegfried Zielinski, e o reitor da Universidade das Artes, onde o Arquivo também se situa, Prof. Dr. Martin Rennert. Atualmente, o arquivo é dirigido por Baitello e pelos professores Alex Florian Heilmair e Diogo Andrade Bornhausen.

¹¹ Entre 1968 e 1974, o PIB brasileiro registrou altas que variaram de 9% até a 11% ao ano. Sob o governo de Ernesto Geisel, a Ditadura Militar ao mesmo tempo comemorava o crescimento e perseguia opositores praticando prisões arbitrárias, cassações, expurgos, tortura, execuções, desaparecimento de cadáveres e até mesmo atentados com bomba.



Flusser é mais comumente reconhecido pelos seus escritos sobre a técnica e a tecnologia, na sua fase europeia. As cartas, porém, auxiliam com elementos das experiências brasileiras do autor que cooperam para a discussão de algumas de suas temáticas mais conhecidas, como a do conceito de *aparelho*, reconhecendo nelas uma discussão política ainda pouco explorada na sua obra.

Há também uma segunda tarefa deste artigo: em seu tempo, muito devido às pessoas com quem estava associado, havia nos círculos intelectuais de São Paulo a impressão de que Flusser era um reacionário, possivelmente simpático ao regime militar ou, ao menos, conivente a ele¹². Em seus ensaios, artigos, conferências ou cursos, não há trechos em que o autor se posicione ou ao menos dê indícios de qual seria sua opinião sobre o regime, mas nas cartas sim. Resgatar esses documentos, portanto, também é um esforço em preencher o que parece ser uma lacuna no conhecimento que temos de sua vida e de sua obra.

As duas guerras de Vilém Flusser

Vilém Flusser nasceu em 12 de maio de 1920, em Praga, atual República Tcheca, proveniente de uma família de judeus. Seu pai, Gustav Flusser, era físico, matemático e foi professor da Universidade Carolina de Praga, além de membro do Partido Social-Democrata. Na juventude, Vilém chegou a cursar dois semestres de Filosofia, na mesma universidade em que seu pai lecionava. Mas seus estudos tiveram de ser interrompidos em 1938, ano em que a Alemanha nazista tomou o controle do país. Em 1939, ele e Edith Flusser, então noivos, migram e se estabelecem em Londres. No ano seguinte, em 1940, emigraram para o Brasil com a família de Edith. No Rio de Janeiro, Flusser recebe a notícia de que seus pais, irmã e avós foram mortos em campos de concentração. Em Buchenwald, foi preso e morto o seu pai e, em Theresienstadt, morreram os avós, a mãe e a irmã (Baitello Jr.; Bornhausen, 2020).

No Brasil, Flusser procurou continuar seus estudos em Filosofia de maneira independente, mas não chegou a concluir a graduação. Já nos anos 1950, passou a se dedicar à escrita de suas primeiras obras, mas encontrou dificuldades em adentrar na

¹² A associação entre Flusser e a extrema direita no Brasil persiste até os dias atuais. Olavo de Carvalho chegou a citar Vilém Flusser e revelou sua admiração por ele em uma de suas aulas, conforme vê-se em trecho disponível no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=ECJRZtD-ybw>).



vida intelectual brasileira muito devido à falta de um diploma. A primeira oportunidade nesse sentido veio nos anos 1960 por meio de sua amizade com Milton Vargas (1914-2011), professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Vargas foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), onde Flusser lecionou cursos, além de publicar ensaios na revista do Instituto. Lá, ele estreitou laços com outros amigos com quem manteve intensa troca de cartas: com o filósofo Vicente Ferreira da Silva (1916-1963) e sua esposa, a poetisa Dora Ferreira da Silva (1918-2006), com o jurista Miguel Reale (1910-2006) e, é claro, com José Bueno.

Flusser fugiu de uma guerra e, no Brasil, encontrou-se em outra. Em 31 de março de 1964, o então presidente João Goulart foi deposto, dando início a um regime militar que só chegaria ao fim em 1985, após anos de perseguições e assassinatos de opositores¹³. Nessa guerra, o IBF exerceu protagonismo intelectual junto às fileiras das forças reacionárias. Fundado em 1949, em São Paulo, o instituto foi articulado por Miguel Reale, dentre outros, e se tornou o *locus* do desenvolvimento e disseminação do pensamento ultraconservador no Brasil na segunda metade do século XX. Entre a lista de nomes associados ao IBF estavam, em sua maioria, pensadores católicos e ex-integralistas, como era o caso de Reale (Gonçalves, 2016). A partir de 1964, Reale e o IBF serviram enquanto polo ideológico pró-regime¹⁴.

Do ponto de vista dos professores universitários que se opunham ao regime, o IBF era encarado como adversário. Dos intelectuais, esperava-se uma posição firme diante da guerra -- e era também isso que se esperava de Flusser, conforme ele ganhava destaque por seu trabalho como ensaísta. Então professor do departamento de Filosofia da USP, José Arthur Giannotti (1930-2021) conheceu Flusser e, embora tenha expressado admiração por sua escrita, reconhece que sua relação com o IBF e sua indefinição em termos de posicionamento político foram impeditivos para que houvesse uma

¹³Segundo apuração conduzida pela Comissão Nacional da Verdade, reconheceram-se 434 mortes e desaparecidos pela forças de repressão da Ditadura entre 1964 e 1985. O período também foi marcado por prisões sumárias de intelectuais contrários ao regime implantado - dentre os quais estão nomes como Astrojildo Pereira, Florestan Fernandes e Nelson Werneck Sodré - e de demissões arbitrárias das universidades públicas - como foram os casos de Celso Furtado, Josué de Castro e Darcy Ribeiro.

¹⁴ Reale, aliás, foi um dos autores da Emenda Constitucional n. 1, de 1969, que consolidou a Ditadura. Também escreveu o livro *Os Imperativos da Revolução de Março*, publicado em 1965, enquanto tentativa de defesa jurídica e filosófica do regime. O livro se concentra em dois principais argumentos 1) por um lado, concebe a "revolução" de 64 como um reordenamento jurídico necessário para impedir o avanço eminente de uma revolução proletária; 2) por outro, expande a ordem jurídica de então com o intuito de normatizar a situação autoritária (*apud* Gonçalves, 2016).



aproximação do tcheco-brasileiro aos ambientes universitários brasileiros¹⁵, conforme ele narra em entrevista também disponível no Arquivo Vilém Flusser São Paulo:

[...] ele [Vilém Flusser] tinha a capacidade de não chutar no gol, e nós queríamos placares bem definidos, jogos muito bem ganhos e que, no final da partida, soubéssemos muito bem quem eram os vencedores e quem eram os vencidos. Porque naquele tempo os campos estavam muito bem definidos do ponto de vista ideológico. Embora, como já mencionei, o grupo de intelectuais de São Paulo era muito pequeno e havia uma certa frequência de um em outro. Mas o fato de certas pessoas [no IBF] terem vinculações com o fascismo, com o nazismo e com a direita era um obstáculo que levou a uma separação. (Mendes, 2017a)

Porém, existiam, sim, diferenças entre Flusser e o posicionamento do IBF em relação à Ditadura. Em carta a Flusser de 1º de março de 1974, Reale comentava o perfil dedicado a ele que o amigo havia feito, posteriormente publicado em sua autobiografia *Bodenlos*. No texto de sua autobiografia, o filósofo admite que Reale estava certo em um aspecto de sua defesa do regime¹⁶: não havia condições para que se desse um movimento operário no Brasil, às vésperas de 1964, e, portanto, não poderia existir socialismo no país. Porém, como escreveu Flusser (2007, p. 181), Reale não se dava conta do “terror deste fato”, de que o proletariado não poderia se emancipar aqui. Para ele, a confiança de Reale na burguesia brasileira o fez optar equivocadamente pelo que lhe parecia o menor dos males: a tecnocracia fascistóide representada pelos militares (Flusser, 2007, p. 181). A isto, Miguel respondeu com os argumentos de legitimação do golpe enquanto uma resposta à ameaça do comunismo, mesmo já passados 10 anos desde aquele 31 março:

A revolução de 64 foi um violento murro na mesa para chamada à realidade crua de um povo que tem de resolver, na ordem das urgências e prioridades, os problemas de natureza primária, sem se aventurar a altos voos que interessam apenas a pequenos grupos que se alimentam de *slogans*. (Reale, 1974, p. 31)

¹⁵ Flusser chegou a se candidatar para uma cadeira no departamento de Filosofia na USP, porém não foi aceito. Só lecionou na universidade no âmbito da Escola Politécnica, na disciplina de Filosofia da Ciência, que antes era ministrada pelo amigo Milton Vargas, quem lhe indicou para ministrar as aulas.

¹⁶ Flusser provavelmente se refere a argumentos pró-regime de Reale publicados em seu livro *Os Imperativos da Revolução de Março*, de 1965. Em síntese, o livro busca articular duas principais tarefas: 1) por um lado, concebe o que o autor chama de “revolução” como um reordenamento jurídico necessário para que não se permitisse o avanço rumo ao perigo entendido por ele como eminente de uma revolução proletária; 2) por outro, é uma tentativa de expandir a ordem jurídica da época com o intuito de normatizar a situação autoritária imposta, entendendo que o Estado brasileiro teria, em si mesmo, o direito de proteger-se, por meio de suas forças armadas, de um suposto levante comunista que estaria o ameaçando.



Esse era o clima de São Paulo ao qual Flusser se refere em sua supracitada carta a Bueno em 1972, em que a fossalidade gerada pela repressão convivia com o entusiasmo dos defensores da suposta revolução de 64 e de seus feitos. Mas, antes de sua segunda migração, o filósofo também chegou a desabafar com Reale sobre os motivos que o levaram a regressar à Europa. Em carta de 1º de outubro de 1971, ele se queixava da dificuldade que teve de adentrar o ambiente universitário e lamentou, em tom de despedida, a fase em que se encontrava a sociedade brasileira:

Há mais de vinte anos engajo-me no Brasil, e não tem sido um engajamento fácil. Implicava no abandono ou na superação de muita coisa, por exemplo, da minha ligação à cultura alemã, e, mais penosamente, do meu judaísmo. Mas fui amplamente recompensado. Recompensado por numerosas amizades, (entre as quais a sua tem papel de destaque), e pelos efeitos que meu engajamento teve sobre numerosas pessoas, (principalmente jovens), no campo das artes e do pensamento [...] A sociedade brasileira está em fase histórica na qual um engajamento meu pode ser mais prejudicial que benéfico, já que minha contribuição é a de despertar dúvidas e análises, não entusiasmo para pôr mão à obra. (Flusser, 1971, p. 15)

Sem encontrar espaço para suas reflexões, Flusser retorna ao velho continente logo em seguida. Mas, possivelmente, havia um outro motivo para essa partida. Flusser teria confessado temer que o denunciassem, que, ao criticar publicamente o regime, poderia ser torturado tal qual foram seus pais, avós e irmã. Herbert Duschenes (1941-2003), cineasta e historiador da arte que assistiu a aulas de Flusser, conta quando o filósofo confessou-lhe seus temores:

Ele [Flusser] tinha um medo profundo de ser preso pela Ditadura no Brasil, de ser jogado num campo de concentração, de ser torturado. Ele disse: sou um covarde físico, eu não aguento nenhuma tortura, eu vou ceder o que quiserem, eu vou dizer o que eles quiserem, eu não posso continuar na USP porque não tenho a capacidade de resistir. [...] O medo de Flusser era compreensível. Ele exagerou talvez (aqui não era a Alemanha), mas a história dele inclui o pavor, o medo físico. (Mendes, 2017b)

A pesquisa não encontrou documentos de Flusser que corroboram direta e inequivocamente com o relato de Duschenes. Todavia, desenhar a experiência de Flusser no Brasil por meio de suas cartas permite novas aberturas para entender como Flusser vivenciou a Ditadura Militar brasileira. Também defende-se que essa experiência



é fundamental na compreensão da Teoria da Comunicação que Flusser propôs em sua fase europeia, desvelando nela uma dimensão política importante.

Das divergências com José Bueno

Já na Europa, mesmo que mais equilibrado, Flusser debatia sobre os problemas brasileiros com José Bueno. De uma forte moral católica, Bueno era um remanescente de um Brasil rural e religioso, mas morava em uma São Paulo crescentemente industrial e consumista. Em sua autobiografia, Flusser (2007, p. 166) dedica um de seus capítulos a um perfil do amigo, no qual Bueno é descrito pelo filósofo como alguém desiludido, tomado por um imobilismo e resistente a qualquer mudança.

Foi durante a morada de Flusser em Luberon (França), em 1975, que um desses desentendimentos levou a um intervalo em que os dois deixaram de trocar cartas. Em 26 de julho de 1974, Flusser escreve ao amigo, preocupado com seus relatos de tristeza profunda, convidando-o para que se encontrassem em Paris (Flusser, 1974a, p. 64), e Bueno aceitou seu convite (Bueno, 1974a, p. 65). As cartas não revelam quais foram os assuntos de suas conversas no período em que estiveram juntos, mas Bueno volta a escrever para Flusser, já em São Paulo, em carta de 11 de novembro. Nela, ele menciona estar “vagarosamente voltando” à rotina, “interrompida pelos acidentes intelectuais e emocionais da viagem” (Bueno, 1974b, p. 62), mas não deu detalhes do ocorrido. Logo mudou de assunto, e disse estar surpreso, ao chegar no Brasil, com a “paixão com que aqui se debatem as eleições para o senado e a câmara” (*idem*), passando a descrever para Flusser o cenário eleitoral brasileiro¹⁷.

O filósofo dedicou-se a responder à carta do amigo em 22 de novembro, quase como se não quisesse se alongar no assunto das eleições, mas pontuando algumas de suas leituras sobre os eventos. O que interessava, para Flusser, era saber como José Bueno estava: “Qual o efeito de tua viagem sobre a tua visão das coisas? Quais as

¹⁷ Em 1974, o então Movimento Democrático Brasileiro (MDB) disputou eleições para o legislativo e também lançou a candidatura de Ulysses Guimarães contra o militar Ernesto Geisel. À época, devido ao Ato Institucional n. 2, de 1966, o país adotava o bipartidarismo, em que eram legais apenas as atividades do MDB, de oposição, e do Arena, o partido pró-regime. Todavia, as eleições para a presidência eram indiretas, isto é, definida pelos senadores, pelos deputados federais e por representantes das assembleias legislativas estaduais. Geisel venceu as eleições, nas quais a maioria dos representantes votantes era do Arena e, além disso, os votos eram nominais e abertos. No total, Geisel recebeu 400 votos contra 76 para Ulysses Guimarães, somando-se ainda os 21 votos em branco (todos de representantes do MDB em protesto às regras do pleito) e seis ausências.



novidades com nossos amigos depois de sua troca de ideias e relato sobre nós?”, escreveu Flusser (1974b, p. 65), referindo-se às amizades que guardavam em comum, como era o caso de Miguel Reale. “Não preciso dizer da nossa saudade. A oportunidade de estar com vocês nos enriqueceu e a separação impiedosa nos entristeceu” (*idem*).

Um novo contato por parte de Bueno só ocorreu em carta datada de 3 de janeiro de 1975, em que ele evita responder às perguntas de Flusser. Primeiramente, pede desculpas pela demora em lhe escrever de volta, justificando-se: “A viagem à Europa e o longo contato que tivemos levou-me a rever muitas de minhas posições como também e sobretudo repensar nossas relações e dissensões” (Bueno, 1975a, p. 66). Em seguida, Bueno se dedicou exclusivamente a falar sobre as eleições de 1974, que já haviam sido encerradas, e sobre a Ditadura, discordando das poucas considerações que Flusser havia feito anteriormente.

Ainda em janeiro, no dia 21, Flusser redige carta, logo após ter lido a mensagem de Bueno, tamanha a sua “justa ira” (Flusser, 1975a, p. 70) diante de algumas insinuações de Bueno que lhe foram feitas. “Você diz que está revendo suas posições, mas a carta revela o contrário: estas recaindo nas antigas. A tua viagem não concedeu aberturas: pelo contrário, re-encerrou-te” (*idem*). A discussão entre os dois se estendeu em mais duas cartas, ao longo de março, mas Bueno deixou de escrever ao amigo. Já em Luberon, Flusser sente falta das trocas entre os dois e tenta, em 10 de julho, retomar o contato.

A Ditadura como aparelho

Nas cartas com Flusser, ao menos, Bueno era elogioso com relação à noção de progresso praticada nos anos de chumbo: da construção de hidrelétricas, de rodovias, de usinas e do crescimento do PIB. Era justamente por desprezar essa noção de progresso que Flusser confrontava o amigo, como neste trecho de carta de 25 de outubro de 1972: “[...] O progresso está aniquilando, pelo menos a curto prazo, toda esperança de um ‘novo homem’, isto é; de uma vida que tenha significado” (Flusser, 1972b, p. 4). Flusser insistia para que Bueno pudesse acessar novos sentidos – o que se revelou tarefa ingrata.



O “novo homem”¹⁸, a que Flusser se refere, é uma figura mais recorrentemente utilizada pelo autor na fase brasileira de sua obra. Aparece, também, no livro *Fenomenologia do Brasileiro* que, embora tenha sido publicado postumamente em 1994, teve sua redação desenvolvida no início dos anos 1970, no mesmo contexto das trocas com Bueno. Nele, Flusser faz uma crítica da ideologia do progresso que, segundo ele, “imagina o homem como *ente* na natureza, mas não *da* natureza” (FLUSSER, 1998, p. 169), o que encobre a realidade concreta da humanidade e a ameaça com catástrofes sociais e ambientais. Todavia, no Brasil, Flusser entendia que o progresso não deveria ser o “substrato de todo pensar, sonhar e agir” (Idem) como é na Europa, o que colocaria o país em posição capaz de imaginar alternativas a essa ideologia. Porém, a situação histórica brasileira não permitiu que o país alcançasse, para Flusser, “o nível que torna esse delírio evidente” (FLUSSER, 1998, p. 172). Com isso, graças às cartas com Bueno, é possível deduzir que Flusser estava se referindo à Ditadura Militar e ao seu ideal de progresso. Com o regime, estava interdita no Brasil qualquer possibilidade desse novo ser humano se desenvolver com uma nova maneira de dar sentido à sua vida.

A maneira como Flusser escolhe explicar esse argumento a Bueno, nas cartas, é que merece atenção: o autor descreve a Ditadura a partir de seu conceito de *aparelho*, tomando como caso as eleições de 1974. Na carta de 11 de novembro, Bueno reportava o quanto o MDB mobilizou uma campanha com argumentos de ruptura com o regime, mas recuou de sua posição ao longo do processo. Flusser responde, em 22 de novembro, relativizando as eleições como um todo e as posições assumidas nela:

(a) a oposição articulou livremente alguns argumentos radicais contra o regime, embora não tenha articulado os argumentos de base. (b) a oposição utilizou tal liberdade de expressão com grande irresponsabilidade. A primeira conclusão implica que existe ampla liberdade de expressão, embora não irrestrita. A segunda implica que tal liberdade é abusada, porque os que a têm sabem que não assumirão a responsabilidade pelas suas convicções em futuro previsível. (Flusser, 1974b, p. 64)

¹⁸ Essa noção do “novo homem” foi, provavelmente, influenciada pela leitura de Flusser de Ernst Bloch - a quem Flusser ocasionalmente citava de maneira elogiosa - em sua obra *O Princípio da Esperança*, originalmente publicada em 1959. Nela, o filósofo alemão discute sobre o *novum*, ou a possibilidade de que ocorra o radicalmente novo, enquanto categoria que fundamenta a ontologia do ainda-não, de uma realidade por acontecer (Bloch, 2005, p. 109). Além de mencioná-lo em cartas, Flusser cita Bloch na sua argumentação sobre o novo no ensaio *The Photograph as Post Industrial Object: An Essay on the Ontological Standing of the Photograph* (1989). Menções à ideia de “Novo homem” também eram comuns nos debates comunistas, como citado no ensaio *Socialismo e o Homem em Cuba*, de Che Guevara (2005).

Portanto, Flusser denunciava as eleições, sabendo que elas não teriam efeito decisivo sobre os destinos do país. Para ele, aquilo era mero “ritual destinado a criar a impressão de haver democracia burguesa” (*idem*) e criticava o MDB por se envolver no que ele descreveu como jogo, mantendo as aparências das institucionalidades políticas. Ele ainda continuou argumentando:

[As eleições] serviam de válvula de escape a forças que se acumulam durante o processo de administração sem *feedback*. Tais forças são potencialmente perigosas para o estabelecimento. São, com efeito, responsáveis pela curta duração de administrações fechadas (fortes) no século 20. Com a válvula de escape tais forças se volatizam, e reforçam o aparelho. A oposição funcionou, pois, como parte integrante do aparelho, e provavelmente muito mais eficiente que não importa que o instrumento de repressão de tais forças. [...] A situação existencial dos opositoristas me parece ter sido esta: dada a “abertura” concedida pelo aparelho, era racional e eticamente imperativo aproveitar a brecha. Não se davam conta que a brecha era válvula de escape. Sentiam-se livres dentro da abertura, e dentro dos limites da abertura, quando na realidade era exatamente o oposto: teriam sido mais livres se não tivessem funcionando dentro da brecha. (Flusser, 1974, p. 64-65)

Mais adiante, na mesma carta, Flusser menciona a “sensação subjetiva de liberdade”, proporcionada pelas eleições, que esconde um “condicionamento objetivo” (*idem*). Isto é, a aparência de uma democracia burguesa, pelo procedimento das eleições, disfarçaria o fato concreto da repressão. Dessa maneira, a Ditadura *funcionava*, inclusive, contando com a participação da oposição como válvula de escape. A isto, Bueno respondeu na carta de 3 de janeiro de 1975, acusando-o de ter uma noção ingênua de liberdade, pré-maquivélica, e relativizou a situação brasileira: “O conceito de liberdade é mercurial e por isto vem sendo utilizado por uns e por outros conforme sua conveniência [...]” (Bueno, 1975a, p. 68). A isto Flusser responde com “justa ira”, em 21 de janeiro de 1975:

Liberdade política não precisa de tanta elaboração e sabedoria que você gasta nela, e nem precisa ser pesquisada até Machiavello. Está na cara e é insofismável. Quem a cerca de tanta saliva é que sabe que está defendendo posição indefensável. A liberdade política é um clima que se respira ou não respira, e não deixa margem à dúvida. É a situação na qual a gente diz o que bem entende sem ter medo, na qual a gente não tem medo de farda, na qual a gente não “respeita” funcionários, em suma: na qual a gente assume dono da coisa pública, e não receptor dos benefícios que a coisa pública generosamente confere. (Flusser, 1975a, p. 70)



Essa troca de cartas aponta, ao mesmo tempo, para a realização das duas tarefas deste artigo. Primeiramente, ficam evidenciadas algumas posições do autor sobre o momento que viveu, algo que até então não estava claro em sua biografia. Em um segundo ponto, nota-se como a crítica à Ditadura Militar por Flusser é articulada por meio de um conceito amplamente debatido entre leitores de Flusser, que só seria amplamente divulgado com o livro *Filosofia da Caixa Preta*, nos anos 1980: o aparelho.

O aparelho enquanto categoria política

Logo no prefácio de *Filosofia da Caixa Preta*, Flusser oferece uma sintética definição de aparelho em um glossário dos conceitos presentes no livro: “Brinquedo que simula um tipo de pensamento” (Flusser, 1985: 5). Em suma, o conceito é um modo de compreender uma categoria de objetos que lidam com símbolos permutáveis e que, ao fazê-los, não podem mais ser descritos como meras ferramentas. Todavia, nos estudos da comunicação que se inspiram em Flusser, o conceito é costumeiramente aplicado às tecnologias digitais, ou a *softwares*, limitando-o a uma categoria útil para investigar as relações entre humanos e suas tecnologias.

Todavia, embora, em *Caixa Preta*, Flusser recorra ao seu conceito para tratar da fotografia e da máquina fotográfica, em específico, o *aparelho* esteve presente desde as primeiras obras, referindo-se a uma *intencionalidade* na comunicação, um modo de perceber o mundo ao entorno e as relações. Em *Da Religiosidade*, de 1967, o autor discute o aparelho como um problema de “perda de acesso ao transcendente” (2002, p. 67); isto é, de perda da possibilidade de uma vida significativa, devido a um agir em obediência a um programa previamente estabelecido, seja ele social, político ou econômico. Embora não use o termo *aparelho*, em sua primeira monografia, *Gerações*, redigida também nos anos 1960, o autor também debate quanto às possibilidades de renovação diante de uma estagnação da *esfera do mundo*, algo que se repete na discussão do conceito de aparelho ao longo de sua obra. Já em uma obra posterior como *Pós-história*, também publicada em 1983, o conceito é formulado de maneira abrangente e com uma dimensão política mais clara, mas repetindo essa temática de estagnação e imobilidade:

São todos, tal qual Auschwitz, caixas pretas que funcionam como engrenagens complexas para realizarem um programa. Funcionam, todos, segundo a inércia que lhes é inerente, e tal funcionamento



escapa, a partir de um dado momento, ao controle dos seus programadores iniciais. Em última análise, tais aparelhos funcionam todos no sentido de aniquilar seus funcionários, inclusive seus programadores. Necessariamente, porque objetificam, desumanizam o homem. (Flusser, 2011, p. 25)

Segundo Baitello Jr. (2021, p. 52), o aparelho flusseriano compreende “[...] objetos culturais de um tipo específico, como instrumentos (e não como bens de consumo)” com “a intenção de arrancar objetos da natureza para aproximá-los do homem”. Isto é, mais do que uma categoria sobre as relações entre homens e tecnologias, o aparelho de Flusser define um gesto de devoração, associado ao progresso a que Flusser criticava na Ditadura Militar brasileira. Trata-se, portanto, de um gesto que objetifica e desumaniza o humano, como também se nota na citação acima. Embora esse resgate do conceito ao longo da obra não seja novidade aos leitores de Flusser, chama atenção para a necessidade de movimentá-lo, considerando essa sua dimensão política, enquanto denúncia contra a desumanização, contra a estagnação, contra a beligerância do projeto do progresso, como engajamento a favor da comunicação.

Política, porém, é um tema mais esporádico na obra publicada de Flusser. Um debate mais dedicado sobre sua concepção de política aparece, apenas, em seus dois livros da Comunicologia, em que ele efetivamente propõe sua Teoria da Comunicação: *Kommunikologie* e *Kommunikologie weiter denken*¹⁹. No segundo livro, o autor traz uma definição de política “[...] como método graças ao qual informações são transmitidas, em princípio, de geração em geração” (Flusser, 2015, p. 201). Ele continua:

Quando me engajo politicamente, quando sou um *bios politikos*, elaboro informações e as exponho no espaço público. [...] A política existe para que aquilo que é elaborado no espaço privado esteja disponível no espaço público, para então ser levado de volta para a casa. (idem)

¹⁹ *Kommunikologie* foi redigido entre 1977 e 1978 e publicado postumamente, em 1998; e *Kommunikologie weiter denken* (ou Continuar pensando a Comunicologia, em tradução livre) contém um curso ministrado por ele na Universidade de Bochum, na Alemanha, em 1991, e foi publicado logo após a sua morte. Apenas este último recebeu uma tradução para o português, no Brasil, com o título *Comunicologia: reflexões sobre o futuro*, de 2015, enquanto o primeiro foi mais recentemente publicado em inglês, nos Estados Unidos, com o título *Communicology*, em 2022.



O que está no cerne da conceituação acima é o entendimento da política como forma de agir comunicacional definida apenas por uma *intencionalidade*: a de querer compartilhar publicamente algo. Portanto, nessa primeira definição, a política é compreendida enquanto um método específico de comunicar que elabora fluxo de informações entre dois espaços culturalmente elaborados, o público e o privado²⁰.

No Arquivo Vilém Flusser São Paulo, há, porém, um ensaio ainda inédito intitulado *Da politização* (sem data) em que o autor se alonga nessa discussão por outros caminhos. Nele, o filósofo conceitua o verbo *politizar* de duas maneiras. A primeira delas é informática: trata da possibilidade de tornar pública (publicar, portanto) uma informação privada, em consonância com o que está em *Kommunikologie weiter denken*. Já a segunda maneira de conceituar *politização* é no sentido de formação de um consenso entre pontos de vista, assumindo a perspectiva fenomenológica, o que complementa a definição sintética acima colocada.

Nesse ensaio, o autor ilustra a sua discussão a partir da imagem de uma mesa, onde se apoiam os livros, e sobre a qual se estendem diferentes explicações. Do ponto de vista da física, a mesa é um campo eletromagnético e gravitacional praticamente vazio; ou é um produto industrial, por uma perspectiva materialista; ou é obra de arte; ou é símbolo de poder, e assim por diante. Perguntar-se qual é a explicação certa para a mesa acabaria incentivando uma investigação fútil, a não ser que esses pontos de vista sejam “colocados em parênteses” (sem data, p. 2) para que se entenda que a realidade da mesa é o ponto de coincidência - e, portanto, de conflito - entre as várias explicações que sobre ela operam. Tudo que sobre a mesa se apoia ou todas as pessoas que se reúnem ao seu redor se torna real em função da mesa, em função daquele objeto que galvaniza a realidade ou que impede que tratemos a realidade como mera virtualidade dentre muitas as explicações. O consenso, portanto, não seria uma concordância rasa entre os muitos diferentes, mas a tarefa de coletar as explicações ao redor de uma

²⁰ Em *Kommunikologie weiter denken*, Flusser estende sua compreensão do que seriam espaços públicos e privados. Em sua concepção, essas noções não seriam metáforas para diferentes esferas onde serão formuladas ou armazenadas informações, mas espaços materiais: a rua e a casa. Para Flusser, a invenção da política estaria associada à passagem do mundo nômade para o sedentário há aproximadamente 7 mil anos antes da era comum, justamente pela distinção do espaço por diferentes propriedades de terra: “Do ponto de vista da comunicação, isso significa que as quatro paredes construídas têm a função de separar dentro e fora. Surge um espaço externo, *pólis*, república, e um espaço interno, *oikia*, *res privata*” (Flusser, 2015, p.75).



realidade, ou de um problema, assumindo ser o problema (a mesa) o ponto de encontro entre as muitas preocupações e demandas. O que restaria da mesa, portanto, é o que o filósofo chamou de “pura intencionalidade” (sem data, p. 2), isto é, o instrumento de análise deveria ser a própria articulação do problema e em quais condições ela se dá, e não mais uma ênfase que recaia sobre o objeto da análise ou sobre o sujeito que analisa.

A primeira definição de política apenas nos sugere um método analítico dos acontecimentos políticos: aquele capaz de metrificar os fluxos informacionais produzidos. Mas, na segunda definição, a fenomenológica, a distinção entre os espaços é relativizada e outro método para os acontecimentos é sugerido: aquele que evidencia a dimensão comunicativa da política, de como grupos escolhem dar forma às suas petições, de como gostariam de significar suas necessidades e em quais condições isso pode se dar. A ênfase, portanto, está na intencionalidade da articulação, que galvaniza tudo em seu redor, espaços públicos e privados. Politizar, portanto, é discutir as condições nas quais articulamos um problema e imaginar quais seriam as melhores maneiras de fazê-lo. Com isso, Flusser defende uma compreensão de espaços público e privado não definitivamente delineados, estudados menos por suas fronteiras e mais pela qualidade de sua articulação. Propõe, então, outras duas categorias: espaços vitais, nos quais os atos de comunicação intencional podem ocorrer, onde há politização; e os espaços virtuais, aqueles em que as ações estão programadas ou previamente definidas, avesso à politização.

O conceito de aparelho, portanto, está inserido nessa dimensão política da discussão de Flusser, no qual ele se questiona quanto à qualidade da articulação. O previamente definido ou programado não se limita à compreensão de uma tecnologia, em si mesma, mas de um tipo de gesto que visa a estagnar ou imobilizar a comunicação intencional dos espaços vitais. O aparelho flusseriano trata, sobretudo, de um problema político e está inserido em uma Teoria da Comunicação com dimensões políticas. Não à toa, portanto, em seus primeiros escritos publicados, Flusser propõe os campos de concentração nazistas, e não uma outra tecnologia específica, como protótipo para o conceito de aparelho. Por exemplo, em *A História do Diabo* (2008), seu primeiro livro publicado, Flusser busca demonstrar como o nazismo submete qualquer projeto existencialista a um maior, monolítico. Já em *Pós-História*, como vimos, Auschwitz é mencionada como modelo para esse espaço virtual (Flusser, 2011, p. 25). Nas cartas a



Bueno, tem-se mais um exemplo do que seria essa situação: a Ditadura Militar brasileira. Sua crítica ao regime foi comunicológica: a Ditadura como aparelho, que constrange a articulação e, portanto, inviabiliza a politização não apenas pela repressão, mas também nos *relays* que a aliviam. Ora, se o conceito de política for apenas informático, a mera aparência de uma democracia burguesa, por meio de eleições programadas, bastaria para legitimar o regime e a sua “revolução”. Mas Flusser estava a debater com seus amigos um segundo sentido, que desnuda o quão injustificável era a defesa da situação brasileira, embora tenha evitado um confronto direto com eles e uma crítica pública ao regime.

Portanto, são Auschwitz e a Ditadura Militar os protótipos do conceito de aparelho. Isso conduz a algumas considerações cruciais: 1) Não se aprecia a comunicologia de Flusser desprezando sua experiência brasileira, visto o quanto ela foi constitutiva de seu pensamento; 2) Há uma dimensão política na Teoria da Comunicação flusseriana que, quando recebida a devida ênfase, permite visitar e revitalizar alguns de seus principais conceitos e discussões; 3) Sobretudo porque, sem essa dimensão, reduzimos Flusser apenas a um filósofo da técnica, quando sua comunicologia está preocupada em estipular as condições em que se elabora a vida social e as interações coletivas dos espaços vitais.

Referências bibliográficas

Correspondências

BUENO, J. **Correspondência a Vilém Flusser**. 29 ago. 1974. Cor_17_6-BUENO_3125_JOSE BUENO 1971-1990, 1 of 4. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1974a. Disponível em: http://www.arquivovilemflusersp.com.br/vilemflusser/?page_id=926page_id=926. Acesso em: 8 maio 2023.

BUENO, J. **Correspondência a Vilém Flusser**. 11 nov. 1974. Cor_17_6-BUENO_3125_JOSE BUENO 1971-1990, 1 of 4. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1974b. Disponível em: http://www.arquivovilemflusersp.com.br/vilemflusser/?page_id=926page_id=926. Acesso em: 8 maio 2023.

BUENO, J. **Correspondência a Vilém Flusser**. 03 jan. 1975. Cor_17_6-BUENO_3125_JOSE BUENO 1971-1990, 1 of 4. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1975a. Disponível em: http://www.arquivovilemflusersp.com.br/vilemflusser/?page_id=926page_id=926. Acesso em: 8 maio 2023.

BUENO, J. **Correspondência a Vilém Flusser**. 23 jul. 1975. Cor_17_6-BUENO_3125_JOSE BUENO 1971-1990, 1 of 4. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1975b. Disponível em: http://www.arquivovilemflusersp.com.br/vilemflusser/?page_id=926page_id=926. Acesso em: 8 maio 2023.



FLUSSER, V. **Correspondência a Miguel Reale.** 1 out. 1971. Cor_64_INSTITUTO_BRASILEIRO_DE_FILOSOFIA_3 OF 3. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1971, 161. Disponível em: http://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/?page_id=1072. Acesso em: 8 maio 2023.

FLUSSER, V. **Correspondência a José Bueno.** 10 out. 1972. Cor_17_6-BUENO_3125_JOSE BUENO 1971-1990, 1 of 4. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1972a. Disponível em: http://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/?page_id=926page_id=926. Acesso em: 8 maio 2023.

FLUSSER, V. **Correspondência a José Bueno.** 25 out. 1972. Cor_17_6-BUENO_3125_JOSE BUENO 1971-1990, 1 of 4. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1972b. Disponível em: http://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/?page_id=926page_id=926. Acesso em: 8 maio 2023.

FLUSSER, V. **Correspondência a José Bueno.** 26 jul. 1974. Cor_17_6-BUENO_3125_JOSE BUENO 1971-1990, 1 of 4. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1974a. Disponível em: http://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/?page_id=926page_id=926. Acesso em: 8 maio 2023.

FLUSSER, V. **Correspondência a José Bueno.** 22 nov. 1974. Cor_17_6-BUENO_3125_JOSE BUENO 1971-1990, 1 of 4. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1974b. Disponível em: http://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/?page_id=926page_id=926. Acesso em: 8 maio 2023.

FLUSSER, V. **Correspondência a José Bueno.** 21 jan. 1975. Cor_17_6-BUENO_3125_JOSE BUENO 1971-1990, 1 of 4. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1975a. Disponível em: http://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/?page_id=926page_id=926. Acesso em: 8 maio 2023.

FLUSSER, V. **Correspondência a José Bueno.** 10 jul. 1975. Cor_17_6-BUENO_3125_JOSE BUENO 1971-1990, 1 of 4. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1975b. Disponível em: http://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/?page_id=926page_id=926. Acesso em: 8 maio 2023.

REALE, M. **Correspondência a Vilém Flusser.** 1 mar. 1974. FLUSSER, Cor_64_INSTITUTO_BRASILEIRO_DE_FILOSOFIA_3 OF 3. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1974. Disponível em: http://www.arquivovilemflusser.com.br/vilemflusser/?page_id=1072. Acesso em: 8 maio 2023.

Outros

BAITELLO JR., N. **A fotografia e o verme.** São Paulo: Fotô Editorial, 2021.

BAITELLO JR., N.; BORNHAUSEN, D. A.. Vilém Flusser, por uma filosofia da cultura. **Cuyo – Anuario de Filosofía e Argentina e Americana**, Mendoza, v. 37, n. 1, jun. 2020, p. 11-15. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/anuariocuyo/article/view/4252>. Acesso em: 8 maio 2023.

BLOCH, E. **O princípio esperança** (v. 1). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GONÇALVES, R. J. M. **A restauração conservadora da filosofia: o Instituto Brasileiro de Filosofia e a autocracia burguesa no Brasil (1949-1968).** Tese (doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2016.

GUEVARA, C. **Socialism and man in Cuba**. Bogotá: Che Guevara Studies Center and Ocean Press, 2005.

FLUSSER, V. **Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

FLUSSER, V. **The photograp as post-industrial object**. ESSAYS 8_ENGLISH-S-T [TAK-THE IMA]. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, 1986.

FLUSSER, V. **Fenomenologia do brasileiro**. Rio de Janeiro: Uerj, 1998.

FLUSSER, V. **Bodenlos: uma autobiografia filosófica**. São Paulo: Annablume, 2007.

FLUSSER, V. **A história do diabo**. São Paulo: Annablume, 2008.

FLUSSER, V. **Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar**. São Paulo: Annablume, 2011.

FLUSSER, V. **Comunicologia: reflexões sobre o futuro**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FLUSSER, V. **Communicology: Mutations in Human Relations?** Standford: Standford University Press, 2022.

FLUSSER, V. **Da politização**. ESSAYS 5_PORTUGUESE-D_DA. Arquivo Vilém Flusser São Paulo, s./d.

MENDES, R. **Entrevista com José Giannotti**. 4 set. 2017a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TIixfw9dcZk>. Acesso em: 8 maio 2023.

MENDES, R. **Entrevista com Herbert Duschenes**. 4 set. 2017b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WhACq823dd>. Acesso em: 8 maio 2023.

